RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, "*Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...*".

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal, em 10-05-2024, o Relatório de Execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 22-08-2024, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2024, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2024 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro[1].

[1] Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024.

Capital Estatutário: 26.260.689,00 Euros - NUIMPC 509 540 716

CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

3.1. Execução Orçamental

A execução orçamental da **receita** até ao final do primeiro trimestre de 2024, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 16,4 milhões de euros, salientando a Sociedade que o saldo de gerência anterior (cerca de 12,2 milhões de euros), não está incluído, com o qual resultaria uma receita cobrada no trimestre de 28,6 milhões de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 1.ºT2024	Execução no período (%)	Receita cobrada no 1.ºT2023	Δ 2024/2023 (%)
3.1.9-Transferências correntes	70 574 749	12 067 779	17,10%	6 534 381	84,68%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	651	650	99,88%	819	-20,60%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	117 384	0	0,00%	12 079	-100,00%
4.4.1-Projetos SAMA FSE	78 647	0	0,00%	110 398	-100,00%
4.8.2-3-4-Projetos diretamente financiados pela EU	2 105 204	10 470	0,50%	9 112	14,90%
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência-Subvenções	273 436 957	3 303 365	1,21%	10 139 604	-67,42%
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência-Subvenções-IVA	62 900 845	759 774	1,21%		
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	0	0,00%		
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	907	907	99,98%		
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	4 373 334	247 074	5,65%	204 119	21,04%
5.4.1-Transferência Receita Própria entre org	24 000	0	0,00%	40 200	-100,00%
5.1.3-Venda de bens de investimento	5 294	5 294	100,00%	2 656	99,29%
Total de receitas correntes	**444 617 972**	**16 395 313**	**3,69%**	**17 053 367**	**-3,86%**
Saldo de Gerência		12 218 942		988 103	1136,61%
Total de receitas correntes	**444 617 972**	**28 614 255**	**6,44%**	**18 041 470**	**58,60%**

Da análise do quadro supra e em que não é considerado o valor do saldo de gerência do exercício anterior, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (3,7%), situou-se abaixo da orçamentada para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que representa 76% da previsão de receitas anuais e à ausência da execução financeira do contrato programa com a ACSS no período em apreço.

- Das receitas cobradas, cerca de 73,6 % correspondeu a transferências correntes (em que se salienta as transferências da ACSS-OE referentes à manutenção de sistemas em contínuo que verificou um acréscimo de 5,71 M€ face ao homólogo), 24,9% teve origem em projetos diretamente financiados pela EU e 1,5% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades.

Capital Estatutário: 26.260.689,00 Euros - NUIMPC 509 540 716

CONSELHO FISCAL

- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma redução do valor da receita cobrada em cerca de 3,9% decorrente essencialmente da redução nas transferências no âmbito do PRR. Salientando-se, porém, que no valor das receitas cobradas no trimestre em apreço não está refletido o saldo de gerência anterior, que a considerar-se elevaria o valor das receitas cobradas para 28,6M€, montante que representa um acréscimo de 58,60% face ao período análogo de 2023.

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 444,6 M€, a respetiva execução até ao final do primeiro trimestre totalizou 2,5 %, correspondendo a cerca de 11 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 1.ºT2024	Execução no período (%)	Despesa paga no 1.ºT2023	Δ 2024/2023 (%)
01-Despesas com pessoal	16 497 773	0	16 497 773	3 605 640	39,78%	2 877 561	25,30%
02-Aquisições de bens e serviços	333 752 446	0	333 752 446	5 244 517	57,86%	2 762 341	89,86%
03-Juros e outros encargos	5 000	0	5 000	4 796			
06-Outras despesas correntes	1 466 355	884 333	582 022	208 777	2,30%	295 748	-29,41%
Total de despesas correntes (A)	**351 721 574**	**884 333**	**350 837 241**	**9 063 730**	**82,26%**	**5 935 650**	**52,70%**
07-Aquisição de bens de capital	92 896 397	0	92 896 397	1 954 730	2,10%	337 063	479,93%
Total de despesas de capital (B)	**92 896 397**	**0**	**92 896 397**	**1 954 730**	**2,10%**	**337 063**	**479,93%**
Total (A)+(B)	**444 617 971**	**884 333**	**443 733 638**	**11 018 460**	**2,48%**	**6 272 713**	**75,66%**

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada ter-se circunscrito apenas a 11 M€ (cerca de 2,5% da dotação disponível anual), montante inferior à receita cobrada;

- O baixo grau de execução da despesa é explicado pelo Conselho de Administração pela fraca execução da despesa em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência, mas que a mesma está de acordo com o grau de execução do ano anterior, devido à fraca execução do mesmo Plano tanto em 2023, como nos anos anteriores;

- A execução da rubrica "Despesas com pessoal" que no final deste período ascendeu a 3,6M€ significando um aumento de 25,30%, comparativamente ao verificado no período análogo de 2023 de 2,88M€, embora se verifique uma redução do peso desta rubrica no total da despesa do período de 45,87% no primeiro trimestre de 2023 para 25,45% no primeiro trimestre 2024;

- A aquisição de bens e serviços representa 47,60% da despesa paga no trimestre em apreço, tendo-se verificado um aumento face ao período homólogo de 2023, em cerca de 89,86%, embora represente apenas cerca de 1,6% da dotação orçamental;

- A execução da rubrica aquisição de bens de capital representou 17,74% do total de despesa com um aumento, comparativamente ao período análogo, de 479,93%, sem prejuízo de representar apenas cerca de 5,5% da dotação orçamentada para 2024;

Capital Estatutário: 26.260.689,00 Euros - NUIMPC 509 540 716

CONSELHO FISCAL

- O valor da despesa paga até ao final do 1º trimestre de 2024 foi superior à despesa paga em igual período de 2023 em 75,66%, para o que contribuíram essencialmente as rubricas aquisições de bens e serviços e aquisição de bens de capital.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no primeiro trimestre de 2024, assumiu compromissos no valor de 83,6 M€, ou seja, 18,84 % da dotação anual disponível. Salienta-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa, 65,69% reportam a despesas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU).

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de março de 2024, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento 1.ºT2024 (1)	Execução 1T/2024 (2)	Execução 1T/2023 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2024/2023 %
Rendimentos	**73 933 206**	**22 783 661**	**17 982 442**	**-51 149 545**	**26,70%**
Prestações de serviços	24 658 593	21 832 964	16 992 150	-2 825 629	28,49%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	42 449 402	10 470	171 788	-42 438 932	-93,91%
Imparidade dívidas (reversão)		200		200	
Outros rendimentos e ganhos	6 825 211	940 027	818 504	-5 885 184	14,85%
Gastos	**68 327 427**	**20 709 509**	**17 960 466**	**-47 617 918**	**15,31%**
Fornecimentos e serviços externos	64 198 295	16 929 047	14 848 737	-47 269 248	14,01%
Gastos com pessoal	4 124 443	3 686 863	3 106 221	-437 580	18,69%
Outros gastos e perdas	4 689	93 599	5 508	88 910	1599,47%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**5 605 779**	**2 074 152**	**21 977**	**-3 531 627**	**9337,97%**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 808 002	983 375	864 023	-5 824 627	13,81%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**-1 202 223**	**1 090 777**	**-842 046**	**2 293 000**	**-229,54%**
Juros e rendimentos similares obtidos		5 294	2 656	5 294	99,29%
Juros e gastos similares suportados		4 796		4 796	
Resultado antes de impostos	**-1 202 223**	**1 091 275**	**-839 390**	**2 293 498**	**-230,01%**

Como se constata, no final do primeiro trimestre de 2024, o resultado líquido da SPMS foi de 1.091.275€, quando no período análogo de 2023 registou um valor negativo de 839.390€, sendo que o valor orçamentado previa um prejuízo de 1.202.223€. Também ao nível do resultado operacional verificou-se um crescimento acentuado passando de -842.046€ no primeiro trimestre de 2023 para +1.090.777€ no primeiro trimestre de 2024, o qual, no entanto, foi inferior ao previsto orçamentalmente de 5.605.779€.

Analisando a decomposição destes resultados pelas várias rubricas, pode-se constar que relativamente ao primeiro trimestre de 2023, com exceção das rubricas "transferências correntes e subsídios à exploração obtidos" e "juros e gastos similares suportados", todas as restantes verificaram aumentos,

Capital Estatutário: 26.260.689,00 Euros - NUIMPC 509 540 716

sendo que relativamente aos valores orçamentados, verificam-se desvios negativos em todas as rubricas com exceção da rubrica "outros gastos e perdas"

De salientar que, nas *"Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras"* é referido pela empresa que *"o resultado líquido sofreu um aumento face ao período homólogo, embora tenha existido variação positiva/negativa em todas rubricas."*. De facto, conforme se constata no quadro supra, verifica-se que o incremento nos rendimentos (cerca de 4,8M€, ou seja, +26,70%) mais que compensa o aumento verificado nos gastos (cerca de 2,75M€, ou seja +15,31%). Nos rendimentos, salienta-se a redução significativa das transferências correntes e subsídios à exploração, em resultado, essencialmente, da empresa a partir de 2022 ter passado a classificar as transferências do Orçamento de Estado como prestação de serviços uma vez que representavam uma contrapartida a um serviço prestado.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os **rendimentos e ganhos**

Face ao período análogo de 2023, os rendimentos tiveram um incremento global de 26,70%, com aumentos significativos de cerca de 28,49% na prestação de serviços e 14,85% em outros rendimentos e ganhos, verificando-se um desvio de -69,18% face ao valor orçamentado, essencialmente decorrente dos desvios nas rubricas de transferências correntes e subsídios à exploração (-99,98%).

b) Os **gastos e perdas**

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 15,31 % nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento dos gastos com pessoal (16,4%), verificando-se ainda um incremento de outros gastos e perdas que, no entanto, permanece com um peso marginal no total da despesa.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 134.º do DLEO)

Nos termos do n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2023, sem prejuízo, designadamente, de:

a) *Os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2023, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo, cf. n.º 4 do referido artigo;*

Capital Estatutário: 26.260.689,00 Euros - NUIMPC 509 540 716

CONSELHO FISCAL

b) *O acréscimo dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.*

No que concerne ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, verifica-se que o mesmo teve uma evolução positiva passando de 106% no primeiro trimestre de 2023 para 94% no primeiro trimestre de 2024, decorrente do aumento no volume de negócios ser substancialmente superior ao crescimento dos gastos operacionais.

Sem prejuízo da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verifica-se um aumento generalizado das suas várias componentes, que a sociedade associa ao acréscimo do volume de negócios.

Assim, os encargos com o pessoal, verificaram um aumento de 19%, quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, verificou-se um aumento do valor deste agregado no 1º trimestre de 2024 face ao período análogo de 2023 no montante de 10.213€, o que representa num acréscimo de 72%. A variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos foi positiva de 839€, ou seja, um aumento de 7%, enquanto nos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um aumento de 44.753€ face ao período análogo de 2023, que se traduz num acréscimo de 195%.

4. OUTROS ASPETOS

4.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um acréscimo significativo na ordem dos 104% da divida total da sociedade face ao período análogo de 2023, acréscimo que também ocorreu na divida vencida na ordem dos 99%, sendo que a SPMS justifica este aumento com o acréscimo da atividade da sociedade.

De acordo com a informação prestada, do total da dívida a fornecedores, 52,76% refere-se a dívida não vencida e 47,24 a dívida vencida com menos de 90 dias, de que decorre que a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS mais de 65% da dívida no 1.º Trimestre de 2024 é perante 5 fornecedores, MEO, Capgemini Portugal, BRAVANTIC, Vodafone Portugal e NOS

O prazo médio de pagamentos ponderado foi de 20,94 dias, respeita o objetivo da SPMS que o fixou em 30 dias e representa uma melhoria significativa face aos 51,80 dias face ao período análogo de 2023.

CONSELHO FISCAL

4.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

A SPMS refere que o elevado valor das disponibilidades decorre do recebimento em 2021 de cerca de 43M€ no âmbito do PRR, a que acresceu 9M€ recebido em 2023, sendo que a execução deste Programa até final do primeiro trimestre de 2024 ascendeu a cerca de 33 M€.

5. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 1º trimestre de 2024 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de março de 2024 no valor de 1.091.275 euros, situando-se o EBITDA em 2.074.152 euros.

Lisboa, 9 de setembro de 2024

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

Assinado por: **Luísa Maria Teixeira Pisco**
Num. de Identificação: 06619984
Data: 2024.09.10 16:45:20+01'00'

O Vogal

Rua Augusto Macedo, 10 – C, Escritório 3
1600-794 Lisboa
Site: www.vasroc.pt
Tel.: +351 21 715 57 89
Fax:. +351 21 715 57 91
E-mail: vasroc@vasroc.pt

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2024

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.,** (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2024, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente, no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2024, da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., que compreendem o balanço em 31 de março de 2024, que evidencia um total 96.668.544 euros e um total de património líquido de 62.484.440 euros, incluindo um resultado líquido de 1.091.275 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Capital Social 10.100 Euros Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 507 047 249
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 191 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161491

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.,** em 31 de março de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIAÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 1.º trimestre de 2024 a receita cobrada líquida ascendeu a 16.395.314 euros e a despesa total paga ascendeu a 11.018.458 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido "Relatório Trimestral de Execução Orçamental". Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 1.º trimestre de 2024 exclui o saldo transitado do ano anterior, no montante de 12.218.942 euros, que representa 42% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Com este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 28.614.256 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2023:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2024		Receita cobrada liquida 1ºT 2024		Receita cobrada liquida 1ºT 2023		Variação 2024/2023		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	46 838 719	10,5%	11 709 680	40,9%	6 000 000	33,3%	5 709 680	95,2%	25,0%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	21 360 000	4,8%	28 587	0,1%	28 587	0,2%	-	-	0,1%
319 Transferências correntes ACSS - CCMSNS	2 376 030	0,5%	329 512	1,2%	505 793	2,8%	-176 281	-34,9%	13,9%
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	651	0,0%	650	0,0%	819	0,0%	-169	-20,6%	100%
319 Transferências de RI entre organismos	**70 575 400**	**15,9%**	**12 068 429**	**42,2%**	**6 535 200**	**36,2%**	**5 533 230**	**84,7%**	**17,1%**
411 Rec.próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	117 384	0,0%	-	-	12 079	0,1%	-12 079	-100,0%	-
411 FEDER - competitividade e internacionalização	**117 384**	**0,0%**	**-**	**-**	**12 079**	**0,1%**	**-12 079**	**-100,0%**	**-**
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	78 647	0,0%	-	-	110 398	0,6%	-110 398	-100,0%	-
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	**78 647**	**0,0%**	**-**	**-**	**110 398**	**0,6%**	**-110 398**	**-100,0%**	**-**
482 Projetos diretamente financiados pela EU	2 105 204	0,5%	10 470	0,0%	9 112	0,1%	1 358	14,9%	0,5%
482 Outros e saldos de FE / Outros	**2 105 204**	**0,5%**	**10 470**	**0,0%**	**9 112**	**0,1%**	**1 358**	**14,9%**	**0,5%**
483 Projetos diretamente financiados pela EU	273 436 957	61,5%	3 303 365	11,5%	10 139 604	56,2%	-6 836 239	-67,4%	1,2%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	**273 436 957**	**61,5%**	**3 303 365**	**11,5%**	**10 139 604**	**56,2%**	**-6 836 239**	**-67,4%**	**1,2%**
484 Projetos diretamente financiados pela EU	62 900 845	14,1%	759 774	2,7%	-	-	759 774	-	1,2%
484 Plano de Recuperação e Resiliência – Subvenções – IVA	**62 900 845**	**14,1%**	**759 774**	**2,7%**	**-**	**-**	**759 774**	**-**	**1,2%**
486 Projetos diretamente financiados pela EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-
486 REACT	**-**	**-**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0 -**		**0**
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	31 000 000	7,0%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - PRESI.CSP		-		-	-	-	-	-	#DIV/0!
511 Reposições não abatidas nos pagamentos	907	0,0%	907	0,0%	-	-	907	-	100,1%
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	**31 000 907**	**7,0%**	**907**	**0,0%**	**-**	**-**	**907**	**-**	**0,0%**
541 Projetos diretamente financiados pela EU	24 000	0,0%	-	-	40 200	0,2%	-40 200	-100%	-
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	**24 000**	**0,0%**	**-**	**-**	**40 200**	**0,2%**	**-40 200**	**-100,0%**	**-**
513 Transferências privadas		-		-		-	-	-	-
513 Rec. próprias - Familias/Repatriações		-		-		-	-	-	-
513 Faturação - SNS	860 000	0,2%	81 840	0,3%	119 527	0,7%	-37 687	-31,5%	9,5%
513 Faturaçao - Outras Entidades	3 513 334	0,8%	165 234	0,6%	84 592	0,5%	80 642	95,3%	4,7%
513 Venda de bens de investimentos	5 294	0,0%	5 294	0,0%	2 656	0,0%	2 638	99,3%	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	**4 378 628**	**1,0%**	**252 368**	**0,9%**	**206 775**	**1,1%**	**45 593**	**22,0%**	**5,8%**
Subtotal	**444 617 971**	**100,0%**	**16 395 313**	**57,3%**	**17 053 367**	**94,5%**	**-1 417 827**	**-8,3%**	**3,7%**
Saldo de gerência anterior		-	12 218 942	42,7%	988 103	5,5%	11 230 839	1 136,6%	#DIV/0!
Total Geral	**444 617 971**	**100,0%**	**28 614 256**	**100,0%**	**18 041 470**	**100,0%**	**10 572 786**	**58,6%**	**6,4%**

De salientar, conforme já referido, que no apuramento deste montante global de receita foi considerado o montante de saldo transitado do ano anterior, no valor 12.218.942 euros.

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, verifica-se uma diminuição de 1.417.827 euros, essencialmente justificado pela diminuição das transferências provenientes da União Europeia (menos 6.836.239 euros), parcialmente compensada por um aumento da execução das transferências ocorridas no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência (mais 5.533.230).

No final do primeiro trimestre, a receita apresenta um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a apenas 3,7% da receita orçamentada. Esta situação decorre sobretudo do baixo nível de realização ao nível das receitas provenientes da União Europeia, do PRR e do próprio Orçamento de Estado, e estão diretamente relacionadas com o reduzido nível de investimento realizado, comparativamente ao que se encontra orçamentado, como se evidencia no ponto seguinte

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 1.º trimestre de 2024, ao montante de 11.018.458 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

	Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2024	Cativação 2024	Orçamento Disponivel Ano 2024		Despesa paga 1ºT2024		Despesa paga 1ºT2023		Variação 2024/2023		% Execução Despesa	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01	Remunerações Certas e Permanentes	12 628 639	-	12 628 639	100%	2 390 610	21,7%	2 300 640	36,7%	89 970	3,9%	18,9%	18,9%
01.02	Remunerações Variáveis	752 119	-	752 119	100%	358 695	3,3%	68 575	1,1%	290 120	423,1%	47,7%	47,7%
01.03	Segurança Social	3 117 015	-	3 117 015	100%	856 335	7,8%	508 346	8,1%	347 989	68,5%	27,5%	27,5%
01	**Despesa com pessoal**	**16 497 773**	**-**	**16 497 773**	**100%**	**3 605 640**	**32,7%**	**2 877 561**	**45,9%**	**728 078**	**25,3%**	**21,9%**	**21,9%**
02.01	Aquisição de Bens	1 158 681	-	1 158 681	100%	12 272	0,1%	159 367	2,5%	-147 095	-92,3%	1,1%	1,1%
02.02	Aquisição de Serviços	332 593 765	-	332 593 765	100%	5 232 244	47,5%	2 602 973	41,5%	2 629 271	101,0%	1,6%	1,6%
02	**Aquisição de bens e serviços**	**333 752 446**	**-**	**333 752 446**	**100%**	**5 244 517**	**47,6%**	**2 762 341**	**44,0%**	**2 482 176**	**89,9%**	**1,6%**	**1,6%**
03.05	Outros juros	5 000		5 000	100%	4 796	0,0%	-	-	4 796	-	95,9%	95,9%
03	**Juros**	**5 000**	**-**	**5 000**	**100%**	**4 796**	**0**	**-**	**-**	**4 796**	**-**	**95,9%**	**95,9%**
06	**Outras despesas correntes**	**1 466 355**	**884 333**	**582 022**	**39,7%**	**208 777**	**1,9%**	**295 748**	**4,7%**	**-86 971**	**-29,4%**	**14,2%**	**35,9%**
06.02	Diversas	1 466 355	884 333	582 022	39,7%	208 777	1,9%	295 748	4,7%	-86 971	-29,4%	14,2%	35,9%
	Despesas correntes	**351 721 574**	**884 333**	**350 837 241**	**99,7%**	**9 063 730**	**82%**	**5 935 650**	**94,6%**	**3 128 080**	**52,7%**	**2,6%**	**2,6%**
07.01	Investimentos	92 896 397	-	92 896 397	100%	1 954 728	17,7%	337 063	5,4%	1 617 666	480%	2,1%	2,1%
07	**Aquisição de bens de capital**	**92 896 397**	**-**	**92 896 397**	**100%**	**1 954 728**	**17,7%**	**337 063**	**5,4%**	**1 617 666**	**480%**	**2,1%**	**2,1%**
	Despesas de capital	**92 896 397**	**-**	**92 896 397**	**100%**	**1 954 728**	**17,7%**	**337 063**	**5,4%**	**1 617 666**	**480%**	**2,1%**	**2,1%**
	Total Geral	**444 617 971**	**884 333**	**443 733 638**	**99,8%**	**11 018 458**	**100%**	**6 272 712**	**100%**	**4 745 746**	**75,7%**	**2,5%**	**2,5%**

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 2,5%, e ligeiramente inferior à receita executada;

- O peso dos gastos com recursos humanos representa 32,7% da despesa paga (menos 13,2 pontos percentuais que no período homólogo);

- A despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 5.244.517 euros (47,6 do total da despesa paga), reflete um aumento de 2.482.178 euros face ao trimestre homólogo, embora evidencie um nível de realização modesto, face ao orçamentado;

- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada no montante total de 92.896.397 euros. Constata-se que neste trimestre foram executados gastos desta natureza no montante de 1.954.728 euros, o que se revela muito pouco expressivo face ao orçamentado, representando um grau de execução de apenas 2,1%;

- Em termos globais, a despesa ocorrida no trimestre reflete um aumento de 75,7% face ao período homólogo de 2023, decorrente do aumento generalizado ocorrido em quase todas as rubricas da despesa executada, sendo as mais expressivas as ocorridas ao nível da aquisição de bens e serviços (mais 2.482.176 euros) e de aquisição de bens de capital (mais 1.617.666 euros).

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 31MAR2024, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2023, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do primeiro trimestre ascende a 8.814.116 euros, refletindo um acréscimo de 13,3%, relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito de novos investimentos efetuados, no trimestre, que ascenderam a 1.703.188 euros e ao reconhecimento das depreciações do período, no montante de 664.357 euros. Ocorreram ainda abates de bens, no valor imaterial de 955 euros;

- Os Ativos Intangíveis apresentam um valor líquido que ascende a 25.598.946 euros, representando 26,5% do total do Ativo. A variação do trimestre respeita ao reconhecimento de novos investimentos efetuados no trimestre no montante de 5.839.320 euros, atenuado por amortizações do período no montante de 318.062 euros;

- A rubrica de Clientes apresenta, a 31MAR2024, um saldo de 6.584.737 euros, refletindo um decréscimo de 76.696 euros face a 31DEZ2023. A entidade com saldo em dívida mais expressivo, no final do trimestre, continua a ser a ACSS, representando cerca de 99% do total do saldo a receber, mantendo-se o saldo inalterado face a 31DEZ2023;

- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 31MAR2024 o saldo de 13.621.014 euros, passando a representar 14% do total do Ativo. No primeiro trimestre verifica-se um aumento de 9.646.179 euros face a 31DEZ2023. Estes aumentos resultam essencialmente dos valores a faturar relativos ao Centro de Contacto do SNS24, relativamente a serviços prestados de 2023 e 2024, de cerca 9 milhões de euros, e do Contrato Programa com a ACSS, no montante de 4,5 milhões de euros, relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros três meses do ano;

- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do primeiro trimestre, ascende a 39.092.940 euros, sendo esta a rubrica mais expressiva, representando 40% do total do Ativo. O saldo respeita maioritariamente ao valor recebido do PRR em 2021 e 2023 e relativamente ao qual ainda não foi executada despesa. A totalidade do montante reconhecido nesta rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;

- A rubrica de Património Líquido apresenta um saldo no montante de 62.484.440 euros, representando um acréscimo de 0,3% relativamente a 31DEZ2023. A variação ocorrida provém do resultado apurado no primeiro trimestre, no montante de 1.091.275 euros, atenuado pela redução ocorrida na rubrica de Outras Variações no Património líquido (- 907.955 euros), decorrente do reconhecimento dos rendimentos inerentes ao Plano de recuperação e Resiliência e ao PRESI;

- O total do Passivo, no montante de 34.184.104 euros, reflete um aumento expressivo de 14.531.396 euros (+73,94%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada, essencialmente, pelo aumento da rubrica de Outras Contas a Pagar no montante de 9.433.919 euros, respeitante a serviços prestados por terceiros relacionados com o Centro de Contacto, sobretudo pela MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. e ainda não faturados ou validados, bem como ao acréscimo de gastos inerente ao contrato programa da ACSS.

- A rubrica de Fornecedores c/c e de imobilizado ascendeu no final trimestre a 5.827.355 euros, no qual se destacam os montantes a pagar aos fornecedores MEO (1.140.994 euros), à BRAVANTIC (1.009.600 euros) e à Capgemini Portugal, S.A. (972.803 euros) e à, que correspondem a 54% da totalidade desta rubrica.

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro trimestre de 2024. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2024, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro trimestre, foi favorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo.

No final do trimestre em análise apurou-se um resultado líquido de 1.091.275 euros, que compara com um prejuízo orçamentado de 1.202.223 euros.

A justificação para esta evolução positiva está relacionada com o sobretudo pelo menor gasto ocorrido ao da nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 16.929.047 euros, representando uma execução de apenas 73,6% face ao orçamentado, bem como os outros rendimentos e gastos com amortizações que também ficaram aquém do orçamentado (-86,2%) e (-85,6%).

Em sentido contrário, verificou-se uma execução desfavorável das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (menos 100%) e Prestação de Serviços (menos 12%).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (menos 47.269.248 euros) é justificado pela não execução da despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento tem de ser analisado conjuntamente com o desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no período em análise.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, a mesma ascendeU ao montante de 3.686.863 euros, apresentando uma diminuição de 437.580 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do primeiro trimestre de 2024 ascende assim a 21.697.680 euros, apresentando uma execução de 28,9% face ao orçamentado, atenuando assim, ainda que de forma parcial, a quebra ocorrida sobretudo ao nível das Prestações de Serviços.

O total de rendimentos ascende a 22.767.698, apresentando uma execução de 72,3% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados -2.825.629 euros) e nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-42.438.932 euros).

6. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contatámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 22 de agosto de 2024

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

Assinado por: **VÍTOR MANUEL BATISTA DE ALMEIDA**
Num. de Identificação: 04886686
Data: 2024.08.22 18:27:19+01'00'

Vitor Manuel Batista de Almeida
(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço

em 31 de março 2024 e em 31 de dezembro de 2023

Valores em euros

BALANÇO	31-03-2024	31-12-2023	Var Real 31MAR24 - 31DEZ23	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	8 814 116	7 776 241	1 037 876	13,3%
Ativos intangíveis	25 598 946	20 077 688	5 521 258	27,5%
Diferimentos	1 754 648	1 805 263	-50 615	-2,8%
Outros Ativos financeiros	0	0	0	#DIV/0!
Subtotal	**36 167 711**	**29 659 192**	**6 508 519**	**21,9%**
Ativo corrente				
Inventários	0	0	0	#DIV/0!
Clientes	6 584 737	6 661 433	-76 696	-1,2%
Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	#DIV/0!
Estado e outros entes públicos	866 114	421 827	444 287	11,2%
Outras contas a receber	13 621 014	3 974 834	9 646 179	242,7%
Diferimentos	336 029	2 880 789	-2 544 760	-88,3%
Caixa e depósitos bancários	39 092 940	38 355 753	737 187	1,9%
Subtotal	**60 500 834**	**52 294 636**	**8 206 198**	**15,7%**
Total do Ativo	**96 668 544**	**81 953 828**	**14 714 716**	**18,0%**
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	26 260 689	26 260 689	0	0,0%
Reservas	11 157 563	11 157 563	0	0,0%
Resultados transitados	-26 536 404	-34 086 795	7 550 392	-22,2%
Ajustamentos/ Out. var. cp. Proprio	50 511 317	51 419 272	-907 955	-1,8%
	61 393 165	**54 750 729**	**6 642 437**	**12,1%**
Resultado líquido do período	1 091 275	7 550 392	-6 459 117	-85,5%
Total capital próprio	**62 484 440**	**62 301 120**	**183 320**	**0,3%**
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	1 935 819	1 935 819	0	0,0%
Subtotal	**1 935 819**	**1 935 819**	**0**	**0,0%**
Passivo corrente				
Fornecedores	4 596 607	61 635	4 534 972	7357,7%
Estado e outros entes públicos	3 376 633	3 970 195	-593 561	-15,0%
Fornecedores de investimentos	1 230 747	67 426	1 163 321	1725,3%
Outras contas a pagar	17 110 803	7 676 884	9 433 919	122,9%
Diferimentos	5 933 495	5 940 749	-7 254	-0,1%
Subtotal	**32 248 285**	**17 716 889**	**14 531 396**	**82,0%**
Total do Passivo	**34 184 104**	**19 652 708**	**14 531 396**	**73,94%**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**96 668 544**	**81 953 828**	**14 714 716**	**18,0%**

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas

para o exercício findo em 31 de março de 2024

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 31MAR24	Real 31MAR23	Orçamento 31 MAR24	Var Real 31MAR24 - 31MAR23		Var Real 31MAR24 - Orç 31MAR24	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	21 832 964	16 992 150	24 658 593	4 840 814	28,5%	-2 825 629	-11,5%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	10 470	171 788	42 449 402	-161 319	-93,9%	-42 438 932	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	-16 929 047	-14 848 737	-64 198 295	-2 080 310	14,0%	47 269 248	-73,6%
Gastos com o pessoal	-3 686 863	-3 106 221	-4 124 443	-580 642	18,7%	437 580	-10,6%
Outros rendimentos e ganhos	940 027	818 504	6 825 211	121 523	14,8%	-5 885 184	-86,2%
Outros gastos e perdas	-93 599	-5 508	-4 689	-88 092	1599,5%	-88 910	1896,1%
Resultados antes de depreciações, gastos de financimanto e impostos	**2 074 152**	**21 977**	**5 605 779**	**2 052 175**	**9338,0%**	**-3 531 627**	**-63,0%**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-983 375	-864 023	-6 808 002	-119 352	13,8%	5 824 627	-85,6%
Resutado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	**1 090 777**	**-842 046**	**-1 202 223**	**1 932 823**	**-229,5%**	**2 293 000**	**-190,7%**
Juros e rendimentos similares obtidos	5 294	2 656	0	2 638	99,3%	5 294	#DIV/0!
Juros e gastos similares suportados	-4 796	0	0	-4 796	#DIV/0!	-4 796	#DIV/0!
Resultado antes de impostos	**1 091 275**	**-839 390**	**-1 202 223**	**1 930 664**	**-230,0%**	**2 293 498**	**-190,8%**
Imposto sobre o rendimento do período	**0,0**	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	0,0	#DIV/0!
Resultado líquido do período	**1 091 275**	**-839 390**	**-1 202 223**	**1 930 664**	**-230,0%**	**2 293 498**	**-190,8%**
Resultado Liquido	**1 091 275**	**-839 390**	**-1 202 223**	**1 930 664**	**-230,0%**	**2 293 498**	**-190,8%**